



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**PRINCIPAIS CONFLITOS PELO USO DA TERRA EM PROJETOS DE
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA NO MUNICÍPIO DE
HUMAITÁ/AMAZONAS: O CASO DO PAE-BOTOS**

Bolsista: Ana Paula Teixeira Gouveia FAPEAM

Orientadora: Prof^ª. Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira

HUMAITÁ

2012

Bolsista: Ana Paula Teixeira Gouveia FAPEAM

Orientadora: Prof^ª. Msc. Ana Cláudia Fernandes Nogueira

RELATÓRIO FINAL

PRINCIPAIS CONFLITOS PELO USO DA TERRA EM PROJETOS DE
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA NO MUNICÍPIO DE
HUMAITÁ/AMAZONAS: O CASO DO PAE-BOTOS.

HUMAITÁ

2012

Sumário

Resumo	4
Introdução	5
1. Fundamentação Teórica	7
1. 1 Assentamentos Rurais e Regularização Fundiária	8
2. Discussão dos resultados	11
2. 1 Processo de Implantação do PAE Botos.....	11
3. Considerações finais	16
Referências bibliográficas.....	17
Cronograma	18

Resumo: O projeto de assentamento agroextrativista - PAE Botos é a área de estudo da pesquisa “Principais Conflitos Pelo Uso da Terra em Projetos de Assentamento Agroextrativista no Município de Humaitá-AM: O Caso do PAE Botos”. Esta pesquisa teve por objetivo compreender os principais conflitos pelo uso da terra no PAE Botos através de uma metodologia que empregou a observação participante; a coleta de narrativas por meio de entrevistas; e uma técnica de análise de narrativas que se baseia na análise do conteúdo com a finalidade de fazer uma leitura profunda das narrativas e interpretá-las. A metodologia compôs-se de etapas passando pela pesquisa documental junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e outras instituições, apresentação das pesquisadoras e do projeto para a comunidade, entrevista com a liderança da associação e com os demais moradores da mesma, bem como com os funcionários do INCRA de Humaitá e, por fim, a análise dos dados obtidos. O processo de implantação do PAE está inserido em uma realidade amazônica de descontinuidade na implementação dos projetos de reforma agrária. De acordo com a análise das narrativas, este processo foi realizado de uma maneira muito confuso. Os assentados não se adaptaram à prática do trabalho coletivo, não são detentores de informações importantes como, por exemplo, o porquê de estar em uma modalidade de assentamento coletivo quando todos almejam lotes individuais. Este e outros fatores se firmam sobre o desamparo do INCRA que os assentados vêm sentindo tanto no âmbito de fornecimento de informações quanto ao acesso às políticas públicas que este instituto deveria viabilizar.

INTRODUÇÃO

Este relatório trata dos resultados finais obtidos na pesquisa “Principais Conflitos Pelo Uso da Terra em Projetos de Assentamento Agroextrativista no Município de Humaitá-AM: O Caso do PAE Botos”. A mesma se desenvolveu no assentamento citado que está a, aproximadamente, 60 km da área urbana de Humaitá, sendo possível chegar até lá apenas por meio de transporte fluvial. A comunidade é composta por um número aproximado de 60 famílias que têm sua renda baseada no extrativismo da castanha e do açaí e na agricultura familiar da mandioca e da banana.

O objeto de estudo desta pesquisa foi o conflito pelo uso da terra em projetos de assentamento agroextrativista. O assentamento Botos está incluso na realidade amazônica de descontinuidade no processo de implantação de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A política de reforma agrária em vigência no Brasil está preocupada, na maioria das vezes, somente com a regularização da terra sem dar a devida assistência no âmbito das políticas públicas para consolidação dos assentamentos e para a prevenção e proteção dos assentados em relação aos conflitos.

Assim, a pesquisa objetivou compreender os principais conflitos pelo uso da terra no PAE Botos. Em vista disto, a identificação do processo de criação do PAE Botos, o levantamento das suas características físicas e de infraestrutura, a identificação das formas de organização e, ainda, o reconhecimento dos principais conflitos pelo uso da terra lá existentes se configuraram em objetivos específicos.

Para que estes objetivos fossem cumpridos partiu-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, visando assim a “questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais” (MINAYO, 1994). Nesta perspectiva, utilizou-se a pesquisa documental, a observação participante e a coleta de narrativas enquanto métodos de coleta de dados. A observação participante se fundamenta na relação de reciprocidade entre sujeito e objeto bem como na dialética entre teoria e prática (SILVA, 1991). Quanto as narrativas, estas forneceram uma forma de resgatar a memória sobre a realidade do sujeito, possibilitando o entendimento das diversas formas de linguagem (VIEIRA, 2004).

As informações obtidas através das observações e das narrativas passaram por uma análise baseada na técnica da análise do conteúdo que objetiva estabelecer indicadores que

permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2007). Isto é, a análise de conteúdo tem a pretensão de relacionar a frequência de citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto com a intenção de medir a importância atribuída a um determinado assunto pelo seu autor (CHIZZOTTI, 2006).

O trabalho de campo e de análise dos dados compreendeu três etapas: 1) o levantamento documental sobre a criação e implantação do PAE Botos; 2) entrevista com os funcionários do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), viagens até a comunidade Botos para estabelecer os primeiros contatos, apresentar o projeto e seu processo (entrevista com os líderes da associação do assentamento, seleção das demais pessoas para a entrevista, execução da mesma); e 3) análise dos dados obtidos nas etapas anteriores.

A pesquisa documental foi realizada com o fornecimento de documentos referentes à implantação do PAE Botos adquiridos com o auxílio do INCRA e da Organização Não Governamental Pacto Amazônico. Durante o cumprimento da segunda etapa foram realizadas viagens a campo tanto pela pesquisa como também por conta de atividades curriculares de extensão que eram voltadas para o fortalecimento da associação dos moradores do assentamento Botos, o que foi muito oportuno para conhecer a comunidade, sua organização e suas dificuldades.

Contudo, é preciso colocar que a etapa de coleta e análise dos dados não puderam ser realizadas inteiramente no tempo previsto. Assim, não foi possível chegar aos principais tipos e motivos de conflitos existentes no assentamento, o que se espera alcançar em outra oportunidade já que o projeto foi renovado.

Desta maneira, este relatório tratará apenas dos dados obtidos na pesquisa documental e mediante entrevista com os funcionários do INCRA e com os líderes da associação do PAE Botos acerca do processo de criação e implantação do mesmo.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A reforma agrária está definida no Estatuto da Terra (1964) como um conjunto de medidas que visam promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

Entretanto, esse conceito de distribuição de terra foi construído após muitas lutas da sociedade civil organizada e está inserido em um quadro histórico que teve início em 1530, período colonial no qual as políticas de colonização e ocupação eram promovidas por meio das capitânicas hereditárias e das sesmarias.

Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando na violência e concentração de terras para poucos proprietários, problema que se prolongou até os dias atuais. Já em 1850, a Coroa brasileira criou uma Lei de Terras em vista dos conflitos gerados entre proprietários e posseiros. Segundo esta lei o direito a posse das terras seria concedido apenas àqueles que as comprassem ou as legalizassem nos cartórios, efetuando o pagamento de uma taxa para a Coroa (ONETI, 2010).

Mesmo com essas iniciativas que visavam controlar os conflitos pelo uso da terra, a questão agrária ainda não havia sido vista pelo Governo como uma questão central. No século XX, especificamente 1945, após a eleição presidencial que representou um esboço de democratização, tiveram início as primeiras manifestações camponesas. Estas até 1954 apareceram como conflitos isolados sem muita repercussão. Só a partir dos conflitos sociais no campo, neste mesmo período surgem as “Ligas Camponesas” que, aliadas a setores urbanos fizeram suas reivindicações começarem a ser ouvidas pelos partidos políticos e na década de 50 são elaborados vários projetos de lei como ato de reconhecimento da relevância dos conflitos sociais no campo. Mesmo assim, a falta de empenho do poder público impediu maiores realizações (BERGAMASCO E NORDER, 2001).

Na passagem do regime militar para o democrático-parlamentar, nos anos 1980, a reforma agrária foi reconhecida como uma demanda importante para o avanço da cidadania. No governo de José Sarney, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi incumbido de elaborar uma proposta inicial. Segundo esta proposta haveria 15 milhões de

hectares destinados para que fossem assentadas 1,4 milhão de famílias entre 1985 e 1989. Destas, apenas 82 mil famílias foram assentadas ao fim do governo de Sarney não tendo estes resultados alterados com o governo do sucessor Fernando Collor. Até o governo de Fernando Henrique Cardoso algumas desapropriações foram realizadas e alguns assentamentos foram inaugurados. Apesar de ter uma proposta um pouco mais simples que a de Sarney e Collor, a de assentar 280 mil famílias em quatro anos, o governo de Fernando Henrique conseguiu assentar somente 40 mil famílias em 1995 por conta dos obstáculos legislativos, jurídicos e institucionais (BERGAMASCO E NORDER, 2001).

A trajetória traçada pela reforma agrária no Brasil assinala que os avanços foram alcançados através das lutas de grupos organizados e interessados em uma distribuição equitativa da terra, uma vez que o poder público apresenta morosidade para executar demandas relacionadas não só à questão da terra. Mesmo com tantas lutas, ainda se tem no Brasil uma distribuição de terras nessa configuração. Isto se perpetua nas condições precárias de infraestrutura que a maioria dos assentamentos possui.

1.1. Assentamentos rurais e regularização fundiária

O termo “assentamento” foi incorporado ao vocabulário jurídico e sociológico no contexto de reforma agrária venezuelana, em 1960. Trata-se da criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO E NORDER, 2001).

Alem disso, os assentamentos rurais precisam ser contemplados como unidades de produção que podem levar o município ou o estado onde estão localizados ao crescimento econômico e social, uma vez que geram empregos diretos e indiretos e promovem a formação do espaço social rural.

Os assentamentos rurais, a partir de meados dos anos 80, passaram a desempenhar o papel de formação do espaço social rural que, nos anos anteriores, foi desempenhado pelos programas de colonização (FERNÁNDEZ E FERREIRA, 2004).

A regularização fundiária se baseia, ou pelo menos deveria se basear, num modelo democrático e participativo de distribuição e de gestão da terra e dos recursos naturais, levando em consideração a heterogeneidade de fauna, flora, hidrografia, minerais, clima, etc. Considera-se, da mesma forma, a diversidade de etnias e grupos sociais como os indígenas, remanescentes de quilombo, seringueiros, castanheiros, babaqueiros, pescadores, ribeirinhos, entre outros (CARVALHEIRO, 2010).

Tanto na Amazônia como em qualquer outra região do Brasil, os assentamentos são concebidos a partir de uma política de regularização fundiária. Assim, para que uma propriedade rural possa ser considerada legal no que concerne ao seu uso por uma determinada população, ela precisa passar por este processo.

Em conformidade com o que foi colocado, a regularização fundiária enquanto processo, passa por etapas. Assim sendo, é primordial o reconhecimento da terra a ser regularizada a partir da consulta ao órgão federal responsável, de maneira que há três tipos de terra de caráter público: terra pública da União (administrada pelo Governo Federal), terra pública do Estado (administrada pelo Governo Estadual) e terra pública do município (administrada pelo Governo municipal (Ibid)).

Para cada uma dessas terras públicas existem órgãos instituídos para o gerenciamento das mesmas e que podem documentá-las. A terra pública da União, por exemplo, pode ser documentada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Trata-se de uma Autarquia Federal criada pelo Decreto nº 1.110, de julho de 1970 e tem como objetivo prioritário a realização da reforma agrária, a administração das terras públicas da União e o cadastramento nacional de imóveis rurais. Esta instituição tem, dentre suas funções, a responsabilidade de regularizar a distribuição de terras por meio de cinco modalidades fundiárias: PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAF (Projeto de Assentamento Florestal), PA (Projeto de Assentamento) e Terras de Quilombolas.

De forma geral, esses assentamentos atendem diferentes demandas quanto ao processo de regularização, haja vista que cada modalidade se adéqua a um perfil que leva em conta as práticas produtivas de determinado local, como também do uso consciente dos recursos naturais que o mesmo dispõe.

O PAE, por exemplo, é um assentamento destinado a populações tradicionais, extrativistas e ribeirinhas. A área é de uso coletivo, ou seja, sem demarcações de terras individuais feitas pelos técnicos do governo, o que leva menos tempo e tem um custo menor do aquele empreendido na modalidade de regularização individual como o PA. Não há um limite de demarcação para a área deste tipo de assentamento, uma vez que toda a área utilizada pela comunidade pode ser requerida para um PAE. Os assentados desta modalidade desenvolvem atividades extrativistas e agrícolas podendo desmatar apenas 20% da área total do território e se organizando em associação, pois o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU é um documento cedido pelo governo à associação e esta emite uma autorização de uso para cada família. Não apenas isso, mas todos os documentos, benefícios e projetos são realizados e concedidos para a associação. Além do mais, é necessário o desenvolvimento de um Plano de Utilização e de Desenvolvimento por intermédio do Governo Federal para que se definam pelos moradores as regras de uso dos recursos e de convivência.

Existem ainda, de acordo com Carvalheiro (2010), exigências quanto ao perfil da família que se quer assentar, que em geral possui as seguintes características obrigatórias: ser de baixa renda, não ser detentora de outra propriedade rural, morar na terra do assentamento, praticar o cultivo da lavoura e do extrativismo, não ter sido beneficiada anteriormente pela reforma agrária e não ser funcionário público, em nenhuma das esferas ou possuir membros na família que trabalhem como funcionários públicos.

2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

2.1. Processo de implantação do PAE Botos

O PAE-Botos, antes de ser regularizado como tal, tinha a denominação de Gleba Acarazinho. As pessoas que moravam nesta gleba e que hoje são assentadas estavam organizadas em uma associação, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Muanense. Esta associação teve a iniciativa de solicitar ao INCRA, a criação de um assentamento. Para isso, tiveram o auxílio do presidente da Câmara de Vereadores de Humaitá no ano de 2001. Neste ano, o presidente da Câmara enviou ao então Superintendente do INCRA no Amazonas, um pedido oficial de implantação de um assentamento. Entretanto, a solicitação não obteve resposta imediata e este processo se estendeu até o ano de 2004, quando a portaria de criação do PAE Botos foi emitida.

De acordo com as narrativas coletadas, esta etapa de criação e implantação do PAE Botos se deu de forma confusa, gerando problemas referentes aos direitos e deveres dos assentados dentro da área de produção, à organização da população assentada, à identificação dos assentados com a área de uso coletivo, à falta de acompanhamento e amparo do INCRA e às precárias condições de infraestrutura que o assentamento possui.

O PAE Botos está localizado no município de Humaitá, que possui oito assentamentos de reforma agrária. Destes, sete são projetos de assentamento agroextrativista (PAE) e um é projeto de desenvolvimento sustentável (PDS). Os assentados que moram nessas áreas reúnem-se esporadicamente para partilhar situações a respeito das condições de vida e produção em cada localidade, e existem hoje esforços da sociedade civil organizada em construir uma comissão de assentados, que reuniria representantes de cada um dos assentamentos. Esta comissão teve início em 2010, e foi reativada em 2012.

Observou-se, a partir da participação nessas reuniões da comissão de assentados, com sede em Humaitá, que todos os projetos de assentamento deste município têm um histórico similar ao do PAE Botos no que tange o processo de implantação, pois a forma como o mesmo se deu nos demais assentamentos acarretou problemas semelhantes aos que foram identificados no PAE Botos.

De posse das narrativas sobre o processo de implantação e dos documentos fornecidos pelo INCRA e outras instituições, analisou-se o processo de criação e implantação do PAE Botos, o perfil dos assentados em relação à modalidade PAE e o acompanhamento que as pessoas do assentamento têm recebido do INCRA.

De acordo com a portaria de criação do PAE Botos, os ofícios que solicitaram a criação de um assentamento, as atas das reuniões da associação; e também as narrativas dos assentados e do representante do INCRA em Humaitá, na fase de criação e implantação do assentamento o INCRA visitou e se reuniu com a população que já morava na área, identificada, para apresentar aos interessados como se dava a organização de cada modalidade de regularização fundiária disponibilizada pela Instituição. Segundo o INCRA os interessados na regularização da terra passaram por um processo de esclarecimento quanto à escolha da modalidade de assentamento levando-se em consideração as condições geográficas e aptidões de produção da área a ser regularizada. Nestes documentos não está relatado se os comunitários estavam cientes dos tipos e diferenças entre as modalidades de assentamento disponíveis. No entanto, nas narrativas institucionais do durante o processo de criação do assentamento a população da área obteve todas as informações possíveis,

Veio uma equipe de Manaus na qual eu não estava fazendo parte, era toda responsabilidade do engenheiro agrônomo, né? Foi lá com os colegas e lá conversaram com os... os agora assentados. Na época, então, os candidatos, né? Conversaram. Colocaram todos os prós e os contras, o quê que ia acontecer, como era essa criação. Que não era um projeto normal com área, lotes medidos e demarcados e georreferenciados, mas tem um PAE que é um projeto diferenciado, não é? É um todo repartido entre os comunitários. Lá dentro cada um resolve e respeita o trabalho do outro, né? E com isso... O quê que aconteceu? Eles aceitaram! (Entrevista 001, funcionário do INCRA).

É possível inferir, tomando por referência o fragmento da narrativa, que houve um diagnóstico realizado pela instituição no que tange às características físicas e de produção que a área possui e, considerando o repasse de informações acerca da configuração e funcionamento das modalidades de regularização fundiária que o INCRA dispõe os, agora assentados, compreenderam e aceitaram a implantação de um PAE. Além do mais, o INCRA em Humaitá aponta fatores que se mostram como melhorias para a população assentada a partir da criação do assentamento.

O quê que eu acho de positivo? Eu acho de positivo, porque tirou o pessoal, digamos assim, da ignorância de dizer assim: “ah, eu preciso dum documento da minha terra” e nunca tinha vindo aqui... nunca tinha... o INCRA nunca tinha ido lá fazê uma vistoria, pá documentá essas coisa todas. Quê que acontece? Criado o projeto, todas as pessoas que moram lá dentro, que estão devidamente cadastradas precisa de um documento pra o INSS pra se aposentar vem aqui, a gente puxa no sistema a certidão e dá. A gente dá uma declaração pra uma pessoa. Precisa dum documento pra salário maternidade vem aqui e dá. Então, eu acho que isso n... no meu entendimento foi bom pra eles (Entrevista 001, funcionário do INCRA).

No entanto, a partir das informações obtidas durante as reuniões da associação do PAE Botos, foi percebido que os assentados, em sua maioria, não compreenderam como se daria o funcionamento da modalidade de assentamento agroextrativista,

O projeto já veio pronto como PAE. Por isso que eu digo, assim, que o INCRA trabalha sempre muito distante da gente. Foi o primeiro projeto de Humaitá, assentamento foi esse nosso... E inté hoje a gente teve assim caxingano. Por causa disso aí. E hoje muitas pessoas vem pa trabalhar, mas óh o que acontece, chega lá dentro... Rapá eu num vô, num sei o que. Eu queria o meu lotezinho pá mim poder trabalhar e tal (Entrevista 003. Assentado, 50 anos).

Percebe-se, pela narrativa acima, e por todas as demais que foram coletadas, que não houve esclarecimentos suficientes sobre as modalidades de regularização fundiária e como funcionam as mesmas. Há, na verdade, a insatisfação de assentados que moram numa área de uso coletivo, mas que gostariam de residir e trabalhar em lotes, de uso individual e propriedade individual. Apesar de o trabalho coletivo fazer parte da cultura das populações tradicionais, a propriedade também ser coletiva ainda é um processo.

Esta leitura deixa clara a divergência entre os discursos do INCRA e dos assentados que participaram de todo o processo, principalmente, no que concerne a falta de informações mais claras durante a fase de criação do assentamento. Por conta deste fator, os assentados alegam que o INCRA está muito ausente,

Por que o INCRA não se preocupa mais um pouco assim com o assentamento daqui do Amazonas?! Porque nós sente muita falta do INCRA em ter mais uma preocupação com os assentado. (Entrevista 002. Assentado, 50 anos)

É, portanto, pertinente afirmar que há uma desconexão entre os discursos dos assentados e do INCRA. Aqueles demonstram por meio de suas narrativas que se vêm em situação de desamparo por conta do “abandono” da instituição responsável. Em contraponto, o INCRA constitui um discurso de “defesa” ao considerar que todos os problemas poderiam ser resolvidos a partir da melhoria da comunicação entre eles, mas que isso não é viável por duas razões: os assentados não apresentam reclamações ao INCRA; e, este não está integralmente presente no assentamento devido às limitações financeiras que comprometem o cumprimento de suas ações.

Por que antes nós não tínhamos barco pra ir pra lá, ou a gente ia mendigar barco na prefeitura, né? Ou quando vinha, na época a gente recebia suprimento pra alugar barco pra ir pra lá e era difícil por que um barco pra ir daqui pra lá não pedia menos de que três mil reais, né, então aí se tornava difícil. Hoje nós temos barco, mas nós temos que pagar pra trabalhar lá, por que nós não temos diária pra ir lá, nada, antes pagava a diária que era pra alimento né, e hoje não. Nem isso. (Entrevista 001. Funcionário do INCRA)

Todo esse processo de criação e implantação contribuiu para as precárias condições de infraestrutura do PAE Botos. Como este ainda não foi emancipado, não há o acesso a maioria das políticas públicas que se realizam por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por exemplo,

Hoje nós num tem ainda o acesso pra escoar nossa produção, ainda num temos uma escola, que tanto a gente precisa e num temo um posto médico e, ainda num temo uma condição melhor pra sobreviver. Por que veja bem, o que nós vamo fazê, recebemo o fomento alimentação, jogando os assentado numa terra dessa que num tem água e nem tem luz até hoje, nem escola (Entrevista 002. Assentado, 50 anos).

Tanto o fato dos assentados não se identificarem com a modalidade, quanto à falta de apoio por parte do INCRA, revelam que o local onde residem, uma vez desprovido de amparo, está impossibilitado de cumprir sua função social e, conseqüentemente, de oferecer condições favoráveis para que as pessoas permaneçam no assentamento.

Diante do exposto, compreende-se que a criação e implantação do assentamento é um processo cheio de lacunas. Percebe-se que há informações que não foram fornecidas, ou mesmo mal interpretadas pelos assentados e que isto se apoia na questão da falta de diálogo entre INCRA e PAE-Botos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados finais da pesquisa aqui relatados não puderam trazer um panorama dos tipos e motivações dos conflitos pelo uso da terra que ocorrem no PAE Botos, uma vez que o período proposto para cumprir este objetivo não foi suficiente e espera-se alcançá-lo em outra etapa da pesquisa que se contempla na renovação do projeto.

Todavia, mesmo que não se tenha realizado uma análise dos principais conflitos pelo uso da terra no PAE Botos, a análise realizada deixa claro que o processo de criação e implantação deste se configura como um grande causador de conflitos no assentamento.

As narrativas, “enquanto recriações semânticas” (RICOEUR 1994) permitem por meio da análise que se tenha o posicionamento dos narradores, sejam eles os funcionários do INCRA ou os assentados, enquanto agentes envolvidos em um processo permeado de contradições.

As informações apresentadas acerca da criação do PAE-Botos levam a conclusão que a regularização da terra, em seu plano formal, traria melhores condições de vida para a população assentada, entretanto, isto não se concretizou. O assentamento Botos apresenta dificuldades de infraestrutura quanto à realização de políticas públicas que garantam o desenvolvimento social e econômico do assentamento, uma vez que a terra regularizada precisa cumprir sua função social. A grande confusão acerca do processo de criação do PAE-Botos se configura no estopim deste fato.

Assim sendo, com base nas narrativas analisadas, é possível concluir que há uma realidade de descontentamento com a modalidade de assentamento por parte dos assentados, bem como de incompreensão de informações fundamentais quanto ao funcionamento de um PAE e outros tipos de assentamento que o INCRA dispõe, e, que estas questões são consequências do desamparo promovido pelo poder público, no caso, representado pelo INCRA, demonstrando que a criação e a implantação do assentamento Botos não se deram de maneira clara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

In: Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional. FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon; FERREIRA, Eudson de Castro. **Os Impactos Socioeconômicos dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso**. Rio de Janeiro: MAUD, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70 LTDA, abril de 2007.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2001.

CARVALHEIRO, Katia O.; TRECCANI, Girolamo D.; EHRINGHAUS, Christiane; VIEIRA, Pedro Alves. **Trilhas da Regularização Fundiária para as Comunidades nas Florestas Amazônicas: Como Decidir Qual a Melhor Solução para Regularizar sua Terra? Brasil e Pará**. 2ª edição CIPOR e FASE. Bélem – PA, 2010.

In: Conflitos sociais no complexo do Madeira. COSTA, Luciane Silva da. **Os assentamentos ribeirinhos no rio Madeira: o processo de implementação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) em Humaitá-AM**. Manaus: UEA Edições, 2009.

MINAYO, M.C. **O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

ONETI, Maglúcia Izabel de Assis. **Políticas Fundiárias no Amazonas: O Papel Político de um Mediador Institucional**. 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Mundo Rural. Políticas Públicas, Instuições e Atores em Reconhecimento Político. UFPR, Curitiba (PR) www.redesrurais.org.br: 2010 www.redesrurais.org.br.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativas**. Tomo I. Campos: Papyrus, 1994.

VIEIRA, V. A. **Narrativas sobre hipertensão arterial e diabetes *melittus* e os sentidos nelas produzidos por pessoas atendidas em grupos de aconselhamento**. Rio de Janeiro. 2004. Tese. Escola Nacional de Saúde Pública.

Cronograma executado

Descrição	2011							2012							
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa junto ao INCRA		X	X												
Primeira visita a campo							X								
Segunda visita a campo							X								
Terceira visita a campo									X						
Interpretação e análise dos dados							X	X	X	X					
Elaboração dos resultados											X	X	X		
Apresentação oral dos resultados parciais						X									
Elaboração do Resumo e Relatório Final (atividade obrigatória)														X	X
Preparação da Apresentação Final para o Congresso (atividade obrigatória)														X	X